

# Comissão aumenta previsão de receita da União em 91 e contempla novos gastos

por Marcos Magalhães  
de Brasília

A programação de Cr\$ 128 bilhões — em valores de dezembro — para o atendimento de programas previstos pelos relatores parciais do projeto de orçamento da União para 1991 foi o método encontrado pelo relator-geral, deputado João Alves (PFL-BA), para garantir a aprovação de seu parecer final durante a madrugada de ontem, na Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

Esses recursos representam 6,58% do valor total do aumento de receita calculado pelo deputado Nyder Barbosa (PMDB-ES), relator parcial do anexo referente à arrecadação do governo. Em sua opinião, acatada pelo relator-geral, o governo subestimou as suas receitas para o ano que vem. Aumentando então a previsão de recursos disponíveis, João Alves foi capaz de contemplar não só despesas previstas pelos relatores parciais mas também gastos com amortização da dívida pública (42,69% do total), seguridade social (46,04%), Fundo de Participação de Estados e Municípios (1,79%) e educação (2,9%).

João Alves informou, em seu relatório, que cancelou a destinação de metade dos recursos previstos no item "diversos" — da programação de despesas referente à reprogramação da receita —, anteriormente dirigida à amortização da dívida pública. Em seu lugar ficou uma despesa equivalente com o sistema de seguridade social. A outra metade (6,58%) foi destinada ao atendimento de emendas dos parlamentares.

O parecer de João Alves foi aprovado sem modificações na sessão da Comissão de Orçamento, assim como o seu relatório a respeito do plano plurianual apresentado pelo governo. Foram apresentados apenas seis pedidos de destaque pelo PT e pelo PDT, para modificações parciais do texto, que não chegaram a ser aprovados.

Todos os parlamentares da comissão, contudo, tiveram de votar o relatório sem conhecer os detalhes da destinação dos recursos extraordinários, uma vez que o serviço de processamento de dados do Senado Federal não concluiu os seus trabalhos em tempo de enviar todas as informações aos deputados e senadores.

"Entramos em um vôo cego", lamentou o deputado César Maia (PDT-RJ), integrante da comissão, para quem os parlamentares não tiveram outra alternativa senão confiar na habilidade do relator-geral na distribuição dos recursos. Caso o parecer não fosse aprovado rapidamente na comissão, lembrou o deputado, cairiam todas as emendas apresentadas e seria apreciado no plenário do Congresso o projeto original do governo.

Foi incluída no relatório uma autorização de despesas ao Poder Executivo para possibilitar a execução do projeto de conservação de rodovias do governo federal. As despesas, no entanto, estão condicionadas à aprovação do projeto de lei que cria uma taxa especial destinada a esse programa, que será cobrada sobre o preço dos combustíveis.

Para chegar aos valores médios de 1991, o relator-geral atualizou os números do orçamento pelo IPC de maio a dezembro deste ano e projetou uma inflação descendente para o ano que vem. De acordo com a hipótese que adotou, as taxas cairiam gradativamente de 15,5% em janeiro até chegar aos 6% previstos para dezembro.

De acordo com César Maia, porém, todas as dotações previstas no orçamento aprovado podem não significar muito para o governo, que deve anunciar nos próximos dias um corte global de despesas para 1991. "Eles nem estão muito preocupados com o nosso trabalho", disse Maia. "Afim, orçamento no Brasil não é obrigação de gasto, mas sim teto para despesas", lembrou o deputado.